

R10: Da construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) à instalação e consolidação do assentamento Milton Santos

Alexandre L. Defavari

Fernanda Trombim

Com contribuições de outros alunos e do professor e

Atualizado em 2019

Em artigo instigante, Borsatto e Carmo (2013) analisam a mudança de posicionamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST, nascido em 1984 e desde então principal porta-voz da defesa da reforma agrária) em termos de seu modelo idealizado de produção nos assentamentos. Inicialmente, o MST defendia uma visão fortemente produtivista, mas nas últimas décadas adotou uma orientação agroecológica. Esta análise se apoiou em fundamentação sobre as principais abordagens teóricas que influenciam o movimento.

A primeira corrente de pensamento considerada no artigo é o marxismo agrário, representada por Karl Marx, Lênin e Kautsky. Estes autores viveram em contextos históricos muito próximos e apresentam ideias em grande medida similares. Assim, acreditavam que o operariado poderia liderar uma revolução que mudaria profundamente as relações de poder na sociedade. Em relação à agricultura camponesa, acreditavam que tenderia ao desaparecimento.

Para Marx, este último ocorreria por conta de um processo de mudanças em que os camponeses perderiam suas terras para grandes agricultores e o trabalho na agricultura seria cada vez mais substituídos por máquinas. Kautsky apresenta uma linha de raciocínio muito próxima àquela de Marx, acreditando que os agricultores camponeses desapareceriam em razão de sua incompatibilidade com os modelos de produção capitalistas e socialistas. No capitalismo, os camponeses sucumbiriam diante da suposta supremacia econômica e tecnológica dos grandes estabelecimentos produtivos e, no socialismo, a implantação de grandes unidades de produção coletivizadas os eliminaria. Enfim, Lênin acreditava que a agricultura camponesa era inferior quando comparada àquela capitalista em larga escala, considerando o cooperativismo como uma ferramenta para o desenvolvimento da agricultura no regime socialista. Em sua idealização, o cooperativismo permitiria implementar grandes unidades de exploração agrícolas fortemente mecanizadas sob lógica industrial, possibilitando aos agricultores melhoria de qualidade de vida. Então, ocorreria uma adesão voluntária dos camponeses a estas grandes unidades de produção, de tal maneira que se tornariam “operários agrícolas”.

Com uma visão alternativa, Chayanov apresenta outra concepção sobre a agricultura camponesa. O autor considerou o campesinato como ator chave para o desenvolvimento de uma sociedade socialista. Para Chayanov, o campesinato possui racionalidade não capitalista. Logo, não é a lógica do lucro que determina as decisões do agricultor camponês, mas, sim, um balanço da relação entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho, visto que, entre os camponeses, a produção está diretamente correlacionada com a autoexploração da família. Vale destacar que Chayanov considerou que as cooperativas seriam uma resposta dos pequenos produtores às condições capitalistas desfavoráveis, mas poderiam desempenhar um papel fundamental no socialismo, caso fosse uma construção dos próprios camponeses (denominada como autocoletivização).

Josef Stalin levou às últimas consequências a concepção produtivista do marxismo agrário, acreditando que as sociedades camponesas eram um obstáculo que impedia o avanço socialista. Assim, era necessária sua eliminação. Para tanto, liderou a transformação da agricultura por um caminho socialista autoritário, instalando grandes unidades de produção agrícola coletiva de adesão obrigatória, processo conhecido como a coletivização forçada.

O artigo trata então da evolução das propostas de organização de produção por parte do MST, considerando estas influências teóricas. A força do pensamento de Marx, Lênin e Kautsky na esquerda leva o MST a adotar, em seus primeiros anos de existência, um modelo de produção cooperativista, instalando em seus assentamentos unidades produtivas denominadas Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs). Nas CPAs, a produção deveria ser em larga

escala, mecanizada, com utilização de agroquímicos para obtenção de produtos indiferenciados destinados a uma comercialização em circuitos longos. Estas estruturas coletivas seriam a base da implantação do socialismo no campo. Assim, seria desejável também a eliminação do que denominava “comportamento ideológico camponês”, ou seja uma postura individualista do assentado, considerada inferior à conduta cooperativista. Desta forma, o MST promoveu cursos para disseminar este modelo de cooperativismo fundado na “teoria de organização do campo”, cujas lógicas se assentam em estrutura de produção industrial com especialização do trabalho, grande utilização de agroquímicos e mecanização da produção.

Diversas críticas são direcionadas a este modelo de produção adotado pelo MST. Este último era indiferente às particularidades de cada assentamento e favorecia uma forte dependência do mercado. Assim, em pouco tempo, as CPAs se mostraram inviáveis, tanto por questões macroeconômicas quanto por falhas de gerenciamento, levando a maior parte dos assentados a seguir formas próprias de produção, deixando o MST órfão de uma proposta de orientação organizativa.

Dessa forma, em 1995, no IV Congresso Nacional do MST, outras propostas de sistemas produtivos para os assentamentos emergem. A adesão à Via Campesina proporcionou uma ampliação da rede de relacionamento do MST junto a movimentos internacionais, que propagam ideias em favor da responsabilidade ambiental e da soberania alimentar. Assim, o MST passa a reivindicar uma orientação agroecológica, que se torna importante meio para o MST combater o sistema agroalimentar produtivista. Com efeito, a agroecologia se coaduna com o projeto camponês da Via Campesina, permitindo mobilizar o referencial teórico de Chayanov.

Estas mudanças de orientação permitem agora tratar de um caso específico de implantação de assentamento com perspectiva fundada na agroecologia. Convém antes apresentar alguns outros antecedentes.

Em 1984, com o fim da ditadura militar no Brasil e com a retomada de discussões relacionadas à reforma agrária na agenda política brasileira, o MST dissemina ações com vistas à implantação da reforma agrária no Brasil. Vale lembrar que, durante o período ditatorial, a reforma tinha sido abandonada pelo governo militar.

Assim, os anos que se sucederam à ditadura despertaram grandes esperanças de que ocorressem profundas reformas na estrutura fundiária brasileira. Porém, a oposição de grupos anti-reformistas foi feroz. Neste quadro, muitos autores passam a defender que a vigorosa modernização da agricultura e a urbanização da sociedade brasileira tornavam a reforma agrária obsoleta¹.

Mesmo com os grandes obstáculos para a realização da reforma agrária brasileira, muitas famílias continuaram lutando por uma distribuição de terra mais equilibrada. Com efeito, a discussão em torno da reforma agrária passa cada vez mais a levar em consideração outras dimensões além do fator produtivo. A propósito, a noção de multifuncionalidade da agricultura e aquela de desenvolvimento social sustentável passam a ser considerados neste debate.

Dessa forma, parte do MST passou a reorientar sua estratégia de ação, buscando instalar famílias sem terra em áreas mais dotadas de infraestrutura, próximas ao mercado consumidor, constituindo, assim, os assentamentos conhecidos como "Comunas da Terra". Esse modelo de assentamento tem como base a constituição de circuitos curtos², de forma a promover sustentabilidade. As principais características desse tipo de assentamentos são: os assentados são originários de grandes cidades; as terras se situam em zonas próximas das grandes aglomerações urbanas; a agroecologia e a cooperação são pilares dos projetos produtivos; o acesso coletivo à concessão da terra é privilegiado.

¹ É pertinente aqui lembrar o caso da reforma agrária no Chile. Neste país, o governo de Jorge Alessandri aprovou a primeira lei de reforma agrária em 1962. Porém, a primeira aplicação desta lei foi no governo de Frei Montalva em 1964. Grandes fazendas foram desapropriadas e capacitações para a reforma foram realizadas para funcionários públicos, agricultores e estudantes universitários. Com o governo de Salvador Allende, a reforma agrária se acelerou no país, permitindo modificar poderes quase feudais no Chile. Com o golpe de Estado de 1973, Augusto Pinochet promove uma contra reforma agrária, transferindo terras de áreas reformadas para novos capitalistas em perspectiva de modernização industrial da produção agrícola.

² Os circuitos curtos de proximidade (CCP) são estimulados com vistas notadamente a promover a produção e comercialização de produtos locais visando gerar transformações positivas na sociedade, no meio ambiente e na economia, de forma alinhada com os pilares do desenvolvimento sustentável. Estes CCP se associam ao movimento em favor do chamado de “locavorismo”.

No início dos anos 2000, houve uma tentativa fracassada de implantação do modelo de Comuna da Terra na região onde hoje está instalado o assentamento Milton Santos. De fato, as famílias na ocasião foram despejadas deste local pela Polícia Militar. A ocupação de terras na região, entretanto, persistiu, com a colaboração de outras entidades, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira (SP), membros de partidos políticos e até mesmo a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em novembro de 2005, nasce o assentamento Milton Santos, em área ocupada anteriormente pela Usina Ester de forma irregular. Foi um fruto da luta de 140 famílias em busca de melhores condições de vida, segurança e autonomia. Implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento foi enquadrado na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)³. O assentamento é localizado próximo à cidade de Campinas, entre os municípios de Americana e Cosmópolis, no interior do estado de São Paulo, em região marcada pela vasta monocultura da cana de açúcar.

Em um primeiro momento, os assentados revelam que eram vistos na região como oportunistas. Porém, com o passar do tempo, esta visão se modificou, os assentados passando a ter sua importância reconhecida, principalmente por fornecer alimentos de qualidade aos habitantes da cidade.

O assentamento propiciou melhora na qualidade de vida das famílias, uma vez que tiveram acesso a uma alimentação mais saudável e aumentaram significativamente sua renda com a venda de seus produtos agrícolas. Oportuno destacar que o acesso à casa própria oferece uma sensação de muita segurança ao assentado.

Outra importante constatação é que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi de extrema importância para as famílias assentadas, funcionando por muito tempo como principal meio de comercialização dos produtos do assentamento. Assim mesmo, uma parcela dos assentados trabalha nas cidades como uma forma de complementação de renda, o que é possível graças à proximidade do assentamento com os centros urbanos.

Entretanto, em 2013, a Usina Ester obtém na justiça uma sentença permitindo a reintegração de posse das terras ocupadas pelo assentamento Milton Santos, gerando um grande conflito. Neste embate, as famílias assentadas receberam apoio de diversas entidades, dentre elas o Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP e da equipe de agroecologia da Embrapa Meio Ambiente. O assentamento conquistou tais apoios devido notadamente à prática de atividades agrícolas ecológicas, visando gerar produtos de qualidade e abastecendo famílias em estado de insegurança alimentar nas proximidades. Por fim, o assentamento ganhou provisoriamente tal causa, continuando a produzir mesmo com muitas dificuldades em razão sobretudo dos cortes orçamentários do PAA.

Enfim, a constituição desde 2014 de Organizações de Controle Social (OCS), permitindo o reconhecimento orgânico dos produtos dos assentados, leva notadamente à construção de iniciativas inovadoras de economia solidária. Assim, cestas de produtos orgânicos passam por exemplo a ser distribuídas para grupos de consumo consciente da região⁴.

³ As modalidades de assentamento definidas pelo INCRA são divididas em tradicionais e ambientalmente diferenciadas. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) se inscreve no segundo grupo. Em princípio, os PDS foram voltados às populações tradicionais, como ribeirinhos e comunidades extrativistas, com titulação coletiva. Desde o início dos anos 2000, a superintendência do INCRA do estado de São Paulo implanta PDS em diferentes circunstâncias. A propósito, o caso em questão se aproxima de outra modalidade recente, os Projetos Descentralizados de Assentamento Sustentável (PDAS), destinados ao desenvolvimento da agricultura familiar no entorno dos centros urbanos, com objetivo de garantir o fornecimento local de hortifrutigranjeiros para estes.

⁴ Os Grupos de Consumo Solidário (GCR) se inscrevem em dinâmicas de circuitos curtos de proximidade. Segundo o Instituto Kairós (2011), os GCR são “grupos de pessoas que decidem organizar-se para comprar determinados produtos, de uma forma diferente da que ocorre no mercado convencional. O objetivo desses grupos vai além do ato de consumo, buscando promover a troca de saberes entre os participantes, a reflexão e a transformação de hábitos e costumes, tornando possível para o consumidor assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral. Nos grupos, os participantes têm acesso a produtos de qualidade, vindos da economia solidária, da agricultura familiar e da agroecologia, com preços justos”.

Referências

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n° 4, pp. 645-660, 2013.

INSTITUTO KAIROS. **Organização de Grupos de Consumo Responsável**. São Paulo: Instituto Kairos, 2011.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LUCAS, Ademir; GASPARI, Luciane Cristina. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no estado de São Paulo. **Retrato dos Assentamentos**, vol. 8, ed. 1, 2014. pp. 161-177

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; GASPARI, Luciane Cristina; ALMEIDA, Bruna. Organização de Controle Social (OCS) e engajamento agroecológico das famílias do assentamento Milton Santos no estado de São Paulo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n° 3, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2017, pp. 545-560.